



Folha. 21

Rubrica 8

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

PARECER JURÍDICO Nº 02/2023

Consulente: Município de Aquidabã.

Assunto: Dispensa de Licitação - Locação de imóvel para funcionamento das secretarias de administração, controle interno e finanças deste município de Aquidabã/SE

Dispensa de Licitação nº: 02/2023

**EMENTA - PARECER JURÍDICO -
DISPENSA DE LICITAÇÃO - ANÁLISE
RESTRITA AOS ASPECTOS JURÍDICOS -
CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES
LEGAIS.**

I. RELATÓRIO

Consulta-nos o Município de Aquidabã/SE acerca da viabilidade da minuta contratual para locação de imóvel para funcionamento das secretarias de administração, controle interno e finanças deste município de Aquidabã/SE.

Pretende a Administração, para consecução de tal mister, dispensar a licitação, fulcrado no artigo 24, X, do Estatuto Federal das Licitações.

É o que impende relatar.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente convém deixar clarividente que, salvo exceções, a administração pública, quando contrata com particular, deve fazê-lo através de torneio público, com a finalidade de escolher a proposta mais vantajosa.

97



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Convém ressaltar também que esta análise se prende aos aspectos eminentemente jurídicos, visto ser este o tema sobre o qual o subscritor detém competência para opinar.

Neste compasso, registre-se que há casos em que a deflagração do certame se afigura inconveniente, seja em razão do valor ou da natureza do serviço. Os artigos 24 e 25, da Lei nº 8666/93 enumeram as hipóteses em que a licitação pode ser abandonada, sem que isto implique em afronta aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

No caso em testilha colhe-se da justificativa que o serviço a ser prestado é o de locação de imóvel para funcionamento das secretarias de administração, controle interno e finanças deste município de Aquidabã/SE.

Em casos tais, abre-se a possibilidade de se utilizar a dispensa de licitação em função do atendimento de necessidade precípua da administração, situação esta que deve ser comprovada nos autos mediante justificativa da secretaria requisitante, sendo a única autoridade competente para afirmar a presença deste requisito.

Portanto, é possível realizar, em tese, o processo de dispensa de licitação, acaso preenchidos os requisitos previstos no inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Assim sendo, é dispensável realização de procedimento licitatório, com suporte no dispositivo alhures, para locação do referido imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da



Folha. 23

Rubrica 8

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Administração, cujas necessidades de instalação e utilização condicionem a escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Ante as circunstâncias alhures relatadas, além de inviável a competição, esta se afigura, neste caso particular, inconveniente, dada as especificidades do serviço a ser contratado.

Passando à análise do Termo Contratual, verifica-se que deve ele observar o art. 55 e seguintes, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como o processo ser formalizado com atendimento das recomendações previstas no artigo 26 do mesmo Diploma Legal.

Assim e dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único, do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, percebemos ser viável, em tese, a minuta analisada, acaso atendida às formalidades legais, cujo cumprimento cabe à CPL, inclusive no tocante à documentação para bem instruir o processo.

3. DISPOSITIVO

Logo, nada mais havendo a acrescentar ou a modificar, em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **APROVO A MINUTA**, observando-se os apontamentos alhures.

É o parecer, s.m.j.

Aquidabã/SE, em 03 de janeiro de 2023.


JEFFERSON FEITOZA DE CARVALHO FILHO
OAB/SE 3868